

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII - Nº 1.521 - BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 19 DE JUNHO DE 2002



Rosevelt Pinheiro

Começa discussão da reforma do Judiciário

O Senado realiza hoje a primeira das cinco sessões de discussão, em primeiro turno, da reforma do Judiciário. A proposta teve 105 emendas aprovadas na Comissão de Justiça e vai ao Plenário com 16 requerimentos de destaque.

PÁGINA 2

Plenário aprova projetos contra a criminalidade

PÁGINA 3



Audiência na CAS debateu iniciativas para regulamentar o acesso a recursos genéticos

Marcia Kallume

Sociedade deve opinar sobre recurso genético, dizem técnicos

Em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais, especialistas criticaram a ausência de representantes da sociedade civil no Conselho de Gestão do Patrimônio Genético.

PÁGINA 8

Em votação secreta, o Plenário do Senado aprovou ontem a escolha dos diplomatas Mário Roiter e Sérgio Barbosa para, respectivamente, exercerem os cargos de embaixador do Brasil junto ao Kuwait e à Nova Zelândia. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional também votou indicação de embaixadores.

PÁGINA 4

Agroindústria artesanal será regulamentada

Projeto da Câmara que regulamenta a elaboração, beneficiamento e comercialização de produtos artesanais de origem animal e vegetal foi aprovado ontem pelo Senado. O texto vai à sanção presidencial.

PÁGINA 3

Comissão vai debater uso de "pardais"

Comissão de Serviços de Infra-Estrutura aprova realização de audiência para debater o controle eletrônico de velocidade.

PÁGINA 10

A Comissão de Educação do Senado discute o projeto antes de votá-lo em caráter terminativo



José Cruz

Aprovada TV a cabo para o Ministério da Defesa

PÁGINA 12

Reforma do Judiciário começa a ser discutida hoje pelo Plenário

Proposta, que teve 105 emendas aprovadas na Comissão de Constituição e Justiça, é considerada pelo presidente da Casa, Ramez Tebet, uma das mais importantes em tramitação

O Plenário do Senado tem, hoje, a primeira sessão de discussão da proposta de emenda à Constituição (PEC) para modernização da Justiça, dentro da reforma do Poder Judiciário. O projeto, que dá ao cidadão o poder de participar da instauração dos procedimentos legais em caso de corrupção do juiz, teve parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), relatado por seu presidente, senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

A matéria, que será submetida ao primeiro turno de votação no Senado, teve 105 emendas aprovadas na CCJ e vai ao Plenário com 16 requerimentos de destaques. A reforma do Judiciário é considerada pelo presidente da Casa, senador Ramez Tebet, como das mais importantes em tramitação no Legislativo. Se aprovada no se-

gundo turno com as emendas introduzidas no Senado, a matéria volta à Câmara dos Deputados.

SUS

A ordem do dia da sessão de hoje traz também projeto que institui, no Sistema Único de Saúde, a Carteira Nacional de Saúde da Mulher. Este documento identificará o serviço de saúde usado pela portadora, assim como o profissional que a atende. A proposição espera melhorar os procedimentos de prevenção e controle do câncer ginecológico e do câncer de mama. Se aprovada como veio da Câmara, a proposta vai à sanção presidencial.

Outro projeto sobre a saúde da mulher trata de propiciar consul-



Presidente da CCJ, Bernardo Cabral relatou proposta de emenda à Constituição

tas às trabalhadoras e servidoras públicas, para atenção integral à saúde da mulher. A CCJ aprovou substitutivo ao texto oriundo da Câmara dos Deputados, apresentado pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP). A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou o substitutivo da CCJ, seguindo pa-

recer da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR). A matéria volta à Câmara dos Deputados, caso o substitutivo seja aprovado.

PUBLICIDADE

Outra matéria em destaque hoje é a PEC que limita os gastos em publicidade de obras governamentais do Poder Executivo, de autoria do senador Roberto Saturnino (PT-RJ). O relator da matéria na CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), apresentou substitutivo à proposta original.

O Plenário vota ainda, entre outros itens, os decretos legislativos que aprovam a convenção da Organização Internacional do Trabalho sobre povos indígenas e tribais em países independentes; e o texto do Protocolo de Kyoto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança de Clima no Planeta.

Comissão quer esclarecer irregularidade nas privatizações

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) deve votar, na reunião de hoje, dois requerimentos solicitando depoimentos de autoridades para esclarecer possíveis irregularidades nas privatizações. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) quer que a comissão ouça as explicações do candidato a presidente pelo PSDB, senador José Serra (SP), e também do empresário Gregório Marin Preciado, casado com uma prima de Serra. Seu requerimento tem por base reportagens publicadas pelo jornal *Folha de S. Paulo*. Já o senador Romero Jucá (PSDB-RR) pediu que sejam convidados o deputado Aloizio

Mercadante (PT-SP) e dois ex-diretores da Previ, Humberto Diniz e Antonio Nogueirol. O senador quer que eles esclareçam a participação do deputado na privatização da Companhia Vale do Rio Doce. O requerimento de Jucá baseia-se em reportagens publicadas pelo jornal *O Globo*, segundo o qual o deputado esteve por duas vezes com os diretores da Previ objetivando influir na composição do consórcio a ser formado para ingressar no leilão de privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Outro requerimento, do senador Moreira Mendes (PFL-RO), solicita que o diretor do Departamento de Pesca e Aquicultura do Ministério da



Jucá pede audiência sobre privatização da Vale do Rio Doce e Heloísa quer esclarecer denúncias sobre atuação de empresário

Agricultura e Abastecimento, Gabriel Calzavara de Araújo, preste depoimento com respeito a denúncias publicadas na imprensa sobre irregularidades em projetos



de pesca no Nordeste. Completam a pauta da CFC outros cinco itens sobre auditorias e inspeções realizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU).



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 19 DE JUNHO DE 2002

PLENÁRIO

14h30 – Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Emendas da Câmara ao PDL 1/97 que susta os efeitos da aprovação do presidente da República à Nota Conjuntural nº 24 de 1992, conforme Exposição de Motivos nº 19/92, do então ministro da Infra-Estrutura; votação, em primeiro turno, da PEC nº 1/01 que determina a fixação de limites para gastos com a publicidade de obras governamentais; primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 29/00 que introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário; PLC nº 84/00 que dispõe sobre a propiciação de consultas às trabalhadoras e servidoras públicas para atenção integral à saúde da mulher; PLC nº 60/01 que institui a Carteira Nacional de Saúde da Mulher; PDL nº 34/93 que aprova o texto da Convenção da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais em países independentes; PDL nº 164/02 que aprova o texto do Protocolo de Kyoto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima; Parecer nº 541/02 que dispõe sobre a Indicação nº 3/02, sugerindo que a sala de reuniões da Comissão de Fiscalização e Controle seja denominada Sala Senador Mário Covas; e PR nº 61/02 que dá o nome de Mário Covas à sala de reuniões da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado.

COMISSÕES

9h – Comissão de Assuntos Sociais. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9

9h30 (11h30, 14h30 e 19h30) – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

9h30h – Comissão Mista com a finalidade de apreciar a MP nº 2.151-3, regulamenta o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (anistiado político). Ala Senador Alexandre Costa – Sala 13

10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3

10h – CPI das ONGs. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9

11h30 – Comissão de Fiscalização e Controle. Ala Senador Nilo Coelho – Sala 6

14h – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência. Plenário nº 1 do Anexo II da Câmara dos Deputados

17h30 – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 13

PREVISÃO PLENÁRIO

Quinta-feira
10h – Sessão deliberativa ordinária

Sexta-feira
9h – Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado aprova projetos para atacar o crime

São duas propostas que alteram o Código de Processo Penal a fim de tornar mais rigorosa a atuação do Estado no combate à criminalidade. Entre as mudanças, destaca-se possibilidade de o juiz interrogar na cadeia o preso perigoso

Em segundo turno, o Senado aprovou ontem dois projetos alterando o Código de Processo Penal para tornar mais rigorosa a atuação do Estado contra o crime. O primeiro projeto altera o código nos artigos referentes ao interrogatório do acusado e à defesa efetiva. Pelo texto, o juiz poderá interrogar o preso perigoso no presídio onde ele se encontra.

Outra alteração determina que o silêncio do acusado, durante o interrogatório, não poderá prejudicar a sua defesa. Hoje, o código permite que o réu não responda a perguntas formuladas pelo juiz, mas prevê que o silêncio prejudi-

ca sua defesa. O projeto determina que o acusado deverá ser perguntado sobre o seu patrimônio e rendimento, para habilitar a Justiça a fixar o valor do dia-multa, na condenação do réu, e analisar eventual prova de enriquecimento ilícito.

O segundo projeto aprovado promove uma reformulação do tribunal do júri. Foi ampliado o prazo de debates entre acusação e defesa, a requerimento de qualquer das partes, em causas complexas sujeitas ao tribunal do júri. O projeto estabelece também que as partes poderão fazer perguntas diretamente ao acusado.

De acordo com o projeto, as testemunhas serão interpeladas primeiramente pelas partes e, só depois, pelo juiz. As absolvições obtidas no tribunal do júri, estabelece o projeto, não terão eficácia no cível. Portanto, o réu absolvido no processo penal poderá ser processado na área cível para cobrir eventuais prejuízos.

Aprovados em segundo turno, os dois projetos voltam à Comissão Mista de Segurança Pública para receber a redação final. Aprovada a redação final pelo Plenário do Senado, as matérias seguem para exame pela Câmara dos Deputados.

Ney Suassuna sugere união contra a violência

A união dos 81 senadores em torno de uma pauta com os projetos mais importantes na área de segurança pública foi sugerida ontem pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que manifestou sua indignação com a violência que domina o Rio de Janeiro. "Temos que fazer andar o país. Só se muda essa situação através da educação e da justiça, que igualem todos", afirmou.

Para Suassuna, os brasileiros estão dominados por atavismos – que ele resumiu em frases como "é preciso ter um diploma"; "se não tem um feitor o trabalho não anda"; "o produto estrangeiro é

melhor que o nacional" –, que resultaram em pouca capacidade de indignação social e política.

– Todos nós somos responsáveis pelo *status quo* que vivemos. Temos expulsado os turistas estrangeiros do Rio de Janeiro e de outras metrópoles. A mídia, ao invés de falar das maravilhas do Rio de Janeiro, tem que falar das suas mazelas, porque são o dia-a-dia dos cariocas – avaliou.

Já para Jefferson Péres (PDT-AM), o que acontece no Rio de Janeiro "é o exemplo vivo da incompetência dos nossos governos". Segundo ele, a capital carioca deveria estar recebendo de 10



Ney Suassuna: "Temos expulsado os turistas estrangeiros do Rio de Janeiro e de outras metrópoles"

a 20 milhões de turistas ao ano, mas não recebe porque o estado deixou que o crime organizado ocupasse os morros. "Por que o estado não ocupou os morros com escolas, hospitais e delegacias? Por que não fez isso ainda?"



Gerson Camata, relator, apresentou em Plenário parecer contrário a emendas de senadores

Remoção de tabeliães ganha novas normas

Projeto de iniciativa do governo alterando as normas para a remoção de titulares de cartórios de notas e de registros foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado. Atualmente, as vagas de tabeliães e oficiais de registros são preenchidas alternadamente, dois terços por concurso público de provas e títulos e um terço por concurso de remoção, de provas e títulos.

O texto aprovado, que agora vai à sanção presidencial, muda a parte que trata da remoção, para retirar a exigência do concurso de provas. De acordo com o texto aprovado, quando se tratar de remoção, ou seja, o preenchimento de um terço das vagas, só ocorrerá o concurso de títulos. O Plenário entendeu que esses tabeliães já são titulares de outros cartórios e, portanto, não precisam fazer provas para ser removidos.

A exigência para o primeiro ingresso na atividade continua sendo por concurso público de provas e títulos. A mudança aprovada só atinge a remoção, retirando o concurso de provas, mas mantendo o de títulos.

Relator do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) apresentou em Plenário parecer contrário a emendas apresentadas pelos senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Tião Viana (PT-AC).

Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Heloísa Helena (PT-AL) manifestaram-se contra o projeto, dizendo que ele não pode eliminar o concurso para os casos de remoção. A senadora recomendou ao Plenário que não esquecesse os princípios de legalidade, impessoalidade e moralidade que devem reger a administração pública.

Produção de alimento artesanal deverá garantir qualidade

O Senado aprovou ontem projeto oriundo da Câmara que regulamenta a elaboração, beneficiamento e comercialização de produtos artesanais de origem animal e vegetal. O projeto, que agora vai à sanção presidencial, define a agroindústria artesanal como o lugar onde se processa a transformação de produtos de origem animal, vegetal e microbiano, elaborado em pequena escala, como queijo e iogurte.

Pela proposta aprovada, os alimentos produzidos pelas indústrias artesanais obedecerão às

recomendações da Organização Mundial da Saúde e, quanto mais risco houver para a saúde pública, maiores serão as exigências para a produção do alimento. O projeto exige ainda o controle sanitário dos rebanhos e campos de produção que geram a matéria-prima, a limpeza das instalações e a proibição de poluir o meio ambiente.

As pessoas que produzem esses alimentos deverão ser treinadas e portar carteira de saúde, além de trabalhar uniformizadas. As empresas constituídas para processar esses alimentos deve-

rão ser registradas no órgão estadual responsável pela defesa sanitária animal e vegetal.

O objetivo do projeto é disciplinar a produção artesanal para facilitar a legalização dos pequenos produtores rurais, atualmente com dificuldades de inserção no mercado. Segundo o autor do projeto, deputado Jacques Wagner (PT-BA), muitos estabelecimentos operam sem registro, comercializando alimentos sem inspeção sanitária e sem garantia de qualidade, o que coloca em risco a saúde dos consumidores.

Menos exigências para condutores de "trailers"

O Senado decidiu ontem modificar o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e reduzir as exigências para quem conduz *trailers* e motor-casas. Passa a ser exigida a categoria B (requerida na condução de veículos leves) para os condutores de motor-casas cujo peso ultrapasse seis toneladas e não exceda oito lugares. Atualmente o CTB exige habilitação na categoria D para esses motoristas, a mesma para quem dirige profissionalmente ônibus em linhas urbanas e interestaduais.

Para os condutores de *trailers*, o projeto libera as categorias B, C e E, com gradação conforme o

peso e número de lugares disponíveis. O CTB em vigor exige habilitação na categoria E, a mesma dos condutores de carretas.

A categoria E só vai ser exigida se o *trailer* pesar mais de seis toneladas, ou se a lotação exceder oito lugares. A medida vai beneficiar turistas que rebocam *trailers*, pois eles poderão tracionar esses veículos com habilitação até na categoria B, uma vez que a grande maioria deles tem peso inferior a três toneladas.

Aprovado em votação simbólica, o projeto ainda volta ao Plenário para ser votado em turno suplementar.

Maranhão já exporta como resultado de aliança Brasil-China, afirma Lobão

Senador anuncia que estado acaba de vender para a Índia o primeiro carregamento de castanha de caju, demonstrando que câmara de comércio vai facilitar o comércio com países asiáticos

As exportações maranhenses deverão experimentar grande crescimento este ano, a partir de iniciativas adotadas no âmbito da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China, segundo previsões feitas pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), ao anunciar os primeiros resultados concretos obtidos pelo esforço dos dois países.

A partir de ações promovidas por aquela entidade, segundo Lobão, o estado do Maranhão acaba de exportar para a Índia o primeiro carregamento de castanha de caju, de 1.500 toneladas, o que mostra que as atividades da câmara vão facilitar o comércio do Brasil com toda a Ásia.

Lobão disse que os importadores indianos já depositaram duas cartas de crédito no Banco do Brasil, uma de US\$ 495 mil e outra de US\$ 247,5 mil, antecipando-se ao embarque do lote de castanhas, que será feito pelo porto de Itaquí, em São Luís. As castanhas maranhenses foram produzidas na região de Barreirinhas, partindo de investimentos conjuntos de



Edison Lobão: produtores de frutas estão otimistas com perspectiva comercial

brasileiros e chineses.

O senador destacou que os chineses já mostraram interesse em importar do Maranhão sementes de girassol, pescado, café, frutas e soja. O vice-presidente binacional e presidente regional da Câmara Brasil-China, Clineu Coelho Filho, informou, segundo Lobão, que estão sendo feitos levantamentos para concluir negócios envolvendo esses produtos.

O Maranhão também deve enviar ainda este mês a Xangai –

Roosevelt Pinheiro

Cresce comércio entre os dois países



O comércio entre Brasil e China está sendo intensificado. Há dois anos, os chineses eram apenas o 12º maior importador de produtos brasileiros, principalmente soja e minério de ferro. Em 2001, pularam para o sexto lugar, desbancando países como Itália, Reino Unido e França, com quem o Brasil tem relações comerciais históricas. A China comprou o equivalente a US\$ 1,9 bilhão de produtos nacionais no ano passado, contra US\$ 1,08 bilhão em 2000. As importações brasileiras de bens produzidos na China também cresceram, mas em ritmo menor. Em 2000, o Brasil importou US\$ 1,2 bilhão. No ano seguinte, o número subiu para US\$ 1,3 bilhão.

anunciou o senador – uma missão comercial a fim de identificar novas parcerias empresariais. Lobão lembrou que recentemente foi realizada, naquela cidade chinesa, a Brasil-China Trade Fair, que contou com a participação de 112 empresários brasileiros.

Lobão disse que os produtores maranhenses de frutas, principalmente de banana e abacaxi, estão otimistas com a possibilidade de vender para a China. Ele ressaltou os esforços que vêm sendo feitos pelos maranhenses para modernizar o porto de Itaquí.

Plenário pede paz e acolhe embaixadores

Em votação secreta, o Senado aprovou ontem os nomes dos diplomatas Mário da Graça Roiter, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Estado do Kuwait, e Sérgio Barbosa Serra, para representar o Brasil junto à Nova Zelândia. Os dois foram aprovados por 43 votos a favor, oito contra e uma abstenção. A aprovação das indicações será agora comunicada ao presidente da República.

Na mesma sessão, o Senado aprovou requerimento do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) para o encaminhamento de moção de repúdio contra o uso de armas de destruição em massa. Foi decidido que será enviado aos parlamentares da Índia e do Paquistão um apelo da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado para que os conflitos entre os dois países sejam resolvidos pacificamente, sem guerra e sem cogitar o uso de ar-

mas atômicas.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) louvou a iniciativa de Saturnino, invocou a doutrina da não-violência, pregada por Mahatma Gandhi, e pediu que prevaleça a paz. Em seguida, ele leu o poema *A Bomba*, de Carlos Drummond de Andrade.

COMISSÃO

Quatro diplomatas indicados para representar o Brasil como embaixadores tiveram seus nomes

aprovados ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). A decisão final depende ainda de votação em Plenário. Para a embaixada do Brasil em Honduras foi indicado Sérgio Luiz Pereira Bezerra Cavalcanti. Para acumular a representação do Brasil junto à República da Albânia foi indicado o atual embaixador brasileiro na Itália, Ângelo Andréa Matarazzo.

O embaixador brasileiro na Chi-

na, Affonso Celso de Ouro Preto, também foi indicado para acumular o cargo de embaixador junto à República Popular Democrática da Coreia. Para a embaixada brasileira na Malásia foi indicado o diplomata Edgard Telles Ribeiro.

A comissão aprovou ainda requerimento da senadora Emilia Fernandes (PT-RS) para a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão Mista do Mercosul, com o objetivo de debater uma nova agenda de cooperação e desenvolvimento fronteiriço entre Brasil e Uruguai. Emilia sugeriu que sejam convidados o subsecretário-geral de Política Bilateral, embaixador Gilberto Vergne Sabóia; o diretor de Assuntos Internacionais da Secretaria de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul, Ricardo Schaefer; o embaixador do Uruguai no Brasil, Agustín Espinosa; e o cônsul-geral do Uruguai em Porto Alegre, Oscar Demaria.



A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprova indicações de embaixadores e audiência para debater cooperação com o Uruguai

Senado aprova pesar pela morte de Antônio Tebet

O Senado aprovou requerimento de pesar pelo falecimento de Antônio Tebet, irmão do presidente da Casa, Ramez Tebet, ocorrido segunda-feira, em Mato Grosso do Sul. Serão enviadas condolências à família.

Ao encaminhar o requerimento em nome das bancadas do Pará e do Amazonas, o senador Luiz Otávio (PPB-PA) afirmou que o acontecimento deixa de luto o Senado e Mato Grosso do Sul. Ele disse reconhecer a dificuldade da superação da perda, mas manifestou a sua certeza de que o senador Ramez Tebet encontrará em sua família a resignação e o consolo.

O líder do governo, Artur da Távola (PSDB-RJ), ao falar em nome do presidente Fernando Henrique e em seu próprio, manifestou tristeza pelo falecimento do irmão de Ramez Tebet, lembrando haver, entre irmãos, sentimento de mútua proteção que faz aumentar a sensação de perda.

Em nome do PFL, Romeu Tuma (SP) apresentou suas condolências. Representando o PMDB, Maguito Vilela (GO) manifestou seu pesar e solidariedade. Presidindo a sessão, o vice-presidente do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), associou-se à dor de Ramez Tebet, manifestando a esperança de que ele encontre conforto no Evangelho.

Arlindo presta homenagem a Álvaro Campos

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) homenageou a memória do advogado Álvaro Álvares da Silva Campos, irmão do senador Lauro Campos (PDT-DF), morto em 5 de abril. Álvaro Campos, advogado militante por 53 anos, foi consultor-geral do Ministério da Educação e Cultura e do Ministério da Saúde no governo Juscelino Kubitschek, um dos fundadores da Fundação Educacional do Distrito Federal e um dos autores do Código Sanitário Brasileiro.

Conforme Arlindo Porto, Álvaro Campos nasceu em Paracatu (MG) e, mesmo tendo projeção nacional como jurista, manteve o vínculo com a cidade natal durante toda a vida. Antes de assumir a Consultoria Geral dos Ministérios da Saúde e da Educação e Cultura, foi secretário de Agricultura, Indústria e Comércio de Minas Gerais, em 1954. Foi também jornalista até 1955, trabalhando no jornal *Tribuna de Minas*.

O senador Lauro Campos agradeceu a Arlindo Porto pela homenagem ao irmão.

— Não tinha antes feito qualquer referência ao passamento de meu irmão, acho que morrer é algo natural, mas, por outro lado, a separação para os que ficam deixa vácuo impreenchível — disse Lauro Campos.

Emilia: Alca avança mais do que o governo diz

Segundo a senadora, Executivo quer fazer crer que não existe uma proposta coesa e bem articulada de acordo, mas há capítulos em que a maioria dos pontos já está negociada. Ela defende referendo popular sobre a adesão do Brasil

Ademir aponta perdas brasileiras no comércio com Estados Unidos

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) recorreu a dados sobre as relações comerciais entre Brasil e Estados Unidos para criticar o governo Fernando Henrique, chamado por ele de "menino bom" que acreditou no "esperto" discurso liberal norte-americano.



Para Ademir, governo acreditou no "esperto" discurso liberal dos EUA

Segundo Ademir, os resultados da política de abertura comercial promovida pelo governo FHC teriam invertido a auto-avaliação nacional de que o brasileiro "é esperto, desembaraçado, safo. Pelo jeito, os Estados Unidos estão nos dando verdadeira aula de malandragem".

— Tudo em troca de um bom lugar na mesa da cozinha adjacente à sala onde se realiza o banquete entre as potências hegemônicas — obstruiu o senador.

Com base em dados do Ministé-

rio das Relações Exteriores, Ademir ressaltou que as tarifas de importação dos Estados Unidos para os 20 produtos mais exportados pelo Brasil em 2001 atingiram média de 39,1%, para média de 12,9% praticados pelo Brasil sobre os 20 produtos mais exportados pelos EUA.

— Completamos mais de uma década com dificuldades na balança comercial, de seguidos déficits, de dependência dos capitais estrangeiros para fechar o balanço de pagamentos. Vendemos pouco aos outros e sofremos todo tipo de barreiras, enquanto nos abrimos mais e mais às mercadorias estrangeiras. Bom para outros, ruim para nós, na medida em que mantemos enormes déficits no comércio bilateral com os Estados Unidos — avaliou.

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) protestou ontem contra a atitude do governo Fernando Henrique Cardoso — a seu ver apressada — de negociar a adesão do Brasil à Área de Livre Comércio das Américas (Alca) sem informar devidamente a população brasileira. "O governo quer fazer crer que não existe uma proposta coesa e bem articulada de acordo, mas apenas um conjunto heterogêneo de propostas. Isso não é verdade", garantiu.

Na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, lembrou a senadora, está em discussão proposta de realizar um referendo popular para aprovar os termos da adesão do Brasil à Alca. A questão está em discussão há meses e não avança porque a base parlamentar do governo não permite, disse.

Segundo Emilia, há capítulos em que a maioria dos pontos já está negociada, como o capítu-



Emilia atribui ao governo Fernando Henrique a culpa pela especulação com o dólar

lo sobre investimentos, acesso a mercados, solução de controvérsias, direitos de propriedade intelectual e defesa da concorrência. "A Alca já se encontra em fase de resolver as diferenças existentes, estando, portanto, em estágio bem mais avançado do que se divulga. Para quem deseja a Alca, as coisas estão bem", afirmou.

A votação do projeto na Comissão Mista do Mercosul — in-

terrompida na reunião de ontem diante do início das votações no Plenário do Senado, que regimentalmente têm preferência — deverá ocorrer na próxima terça-feira, informou Emilia. Ela argumentou que, caso o governo tenha convicção do acerto de seu posicionamento em relação às negociações sobre a Alca, não haverá por que obstruir a realização do referendo.

Ao finalizar seu pronunciamento, Emilia protestou contra a tentativa do governo de responsabilizar o crescimento da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva pela alta do dólar. "É ao governo Fernando Henrique que cabe a culpa pela especulação sobre o dólar. O paliativo que encontrou para contornar a situação, buscando recursos em novos saques ao FMI, representa mais recursos que terão de ser pagos, no futuro, pelo povo brasileiro", advertiu.

Protecionismo americano pode ser atenuado

O deputado Paulo Gouvêa (PFL-RS), membro da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, está convicto de que as medidas protecionistas recentemente adotadas pelo governo norte-americano, e que alcançam o Brasil, podem ser atenuadas. A avaliação consta de relatório sobre a visita que Gouvêa e o senador Amir Lando (PMDB-RO) fizeram a Washington neste mês, representando a comissão.

Apresentado à comissão ontem, o relatório é resultado de missão que obteve bons resultados e propiciou melhor entendimento das posições do Brasil e dos Estados Unidos sobre comércio exterior, conforme disse o senador Roberto Requião (PMDB-PR), presidente da Comissão do Mercosul.

— Parte dos produtos de aço brasileiros já está em processo de se tornar exceção à regra de sobretaxas. Acredito, também, que os Estados Unidos podem aceitar compensações que vierem a ser determinadas pela Or-

ganização Mundial do Comércio, tão logo se concluem as eleições de novembro — afirmou Paulo Gouvêa.

Ainda conforme o deputado, as autoridades norte-americanas justificaram as contradições dos Estados Unidos, que pregam o livre comércio exterior de um lado, mas ao mesmo tempo adotam práticas protecionistas. Essa incoerência foi atribuída ao momento psicológico do país, à proximidade das eleições norte-americanas de novembro e aos balizamentos impostos pelo combate ao terrorismo.

Em três dias de visita a Washing-

ton, a delegação brasileira e parlamentares da Argentina e do Uruguai discutiram com as autoridades norte-americanas a crise da Argentina e as perspectivas das negociações para adesão à Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

— Os parlamentares brasileiros, argentinos e uruguaios fizeram questão de dizer que a adesão à Alca somente será aceita em seus países se houver um entendimento de que o organismo será bom para todos — registrou Paulo Gouvêa em seu relatório.



Texto de acordo internacional para a construção de uma ponte sobre o Rio Oiapoque obteve aprovação no Plenário do Senado

Aprovado acordo para ponte entre Brasil e Guiana Francesa

O texto de acordo internacional para a construção de uma ponte sobre o Rio Oiapoque, que separa o Brasil da Guiana Francesa, foi aprovado ontem pelo Senado. Para coordenar as decisões relativas à concretização do empreendimento, o acordo prevê a formação de uma comissão bilateral, composta por representantes dos ministérios competentes dos dois países e de representantes do estado do Amapá e da Guiana Francesa.

A obra será custeada pelos governos do Brasil e da França, estando prevista a possibilidade de financiamento por parte de agências internacionais de crédito. Segundo a exposição de motivos do governo, especificamente no que se refere ao lado brasileiro, a construção da ponte está contemplada no Programa Corredor Fronteira Norte do Plano Plurianual de Investimentos (PPA). A decisão do Plenário agora vai à promulgação.



Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul tomou conhecimento dos resultados da visita de delegação parlamentar brasileira a Washington

Álvaro espera crescimento do futebol com nova legislação

Senador aponta edição de medida provisória como resultado mais significativo da CPI que investigou a administração esportiva no país

O senador Álvaro Dias (PDT-PR) destacou em Plenário, ontem, a importância da medida provisória (MP) assinada na última sexta-feira pelo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, estabelecendo a lei de responsabilidade para o futebol. "É sem dúvida o resultado mais significativo da CPI do Futebol", disse o senador, que presidiu a comissão de inquérito no Senado Federal. Álvaro Dias ressaltou que projeto encaminhado pela comissão à Câmara dos Deputados poderia tramitar lentamente, daí a importância e necessidade da MP.

A medida, explicou o parlamentar, confere transparência, exige fiscalização rigorosa e estabelece a responsabilização civil e criminal com responsabilidades defini-



Para Álvaro, MP confere transparência e responsabilidade à gestão do futebol

das para os dirigentes desportivos. Também segundo o texto, integrantes dos clubes poderão pedir ao Ministério Público a destituição de dirigentes que não estiverem cumprindo com suas responsabilidades.

Álvaro Dias observou que o futebol é atividade econômica que pode contribuir mais com o país, o que, acredita, deverá ocorrer

com a nova legislação. O senador informou que o futebol gera em todo o mundo aproximadamente 400 milhões de empregos e movimentação de recursos da ordem de US\$ 250 bilhões. Na Europa, a atividade esportiva representa cerca de 4% do Produto Interno Bruto (PIB) dos países do continente.

Álvaro Dias ainda elogiou a atuação do senador licenciado Geraldo Althoff (PFL-SC), relator da CPI do Futebol, que apresentou, dentro das possibilidades, um relatório "perfeito e impecável". O parlamentar também agradeceu o apoio do ministro do Esporte e Turismo, Caio Luiz de Carvalho, afirmando que seu esforço foi decisivo para a edição da medida provisória que traz melhorias para a gestão do futebol brasileiro.

Sérgio Machado destaca plano de inclusão social

O senador Sérgio Machado (PMDB-CE) aplaudiu a decisão do governo de elaborar o Plano Nacional de Direitos Humanos, com o objetivo de propiciar a inclusão social de milhões de brasileiros que ainda se encontram marginalizados. O plano, observou, inclui políticas voltadas para as minorias e para as vítimas de violência doméstica e de trabalhos forçados e, entre outras medidas, estabelece a reserva de 20% das vagas no serviço público para mulheres, negros e portadores de deficiência física.



Sérgio Machado ressaltou medidas voltadas para deficientes físicos

Sérgio Machado destacou, entre as iniciativas, o lançamento da Campanha Educativa sobre Ações Positivas na Área da Pessoa Portadora de Deficiência Física, a ser veiculada em rádio e televisão. A finalidade, observou, é romper com o estigma de que portadores de defici-

ência são inadequados para o mercado de trabalho.

Para o senador, a campanha vem em boa hora, porque ainda existe um mito, "mesclado de desinformação e carregado de boa dose de preconceito", de que a pessoa portadora

de deficiência deve ficar isolada e de certa forma excluída, como se não tivesse contribuição a dar. A seu ver, isso não é verdade, já que os deficientes são capazes de estudar e trabalhar.

— A campanha fará com que essa situação se modifique. Os nossos olhares e as nossas consciências, certamente, compreenderão melhor a realidade diferenciada vivida por milhões de brasileiros portadores de deficiência física — observou Machado, registrando que cerca de 24 milhões de brasileiros são portadores de alguma incapacidade.

Antero: corporativismo barra processo contra Eurico

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) afirmou só ser possível entender como "demonstração daquele mais rasteiro corporativismo de que os políticos somos acusados" a decisão da Mesa da Câmara dos Deputados de arquivar



Antero diz que Eurico tentou obstruir trabalhos da CPI do Futebol

processo indicando a cassação do mandato do deputado Eurico Miranda (PPB-RJ) por quebra de decoro parlamentar, conforme pedia

representação enviada pela comissão parlamentar de inquérito do Senado que apurou irregularidades cometidas por dirigentes do futebol.

Para o senador, a cultura brasileira mudou e não mais vê na figura do malandro o herói nacional. O impeachment sofrido pelo ex-presidente Fernando Collor marcou o início dessa nova época, observou. — Quem não percebeu essa mu-

dança deverá sofrer alguma consequência. A surpresa, quem sabe, aparecerá nas eleições — disse.

Antero salientou que Eurico Miranda foi acusado, nas investigações da CPI, de envolvimento em caixa 2, manutenção de contas bancárias secretas no exterior, fraudes contra a Previdência e sonegação fiscal, entre outros crimes. Mas foi o comportamento do deputado durante os trabalhos da CPI que justificou o pedido de cassação do mandato, informou, acrescentando que Eurico tentou, de várias maneiras, obstruir os trabalhos da comissão.

Alcântara defende presença do jovem na política

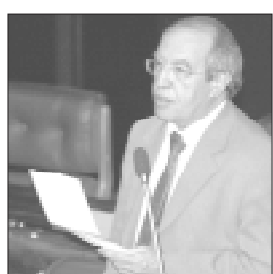
O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) registrou ontem o desenvolvimento, no Ceará, de projeto com objetivo de estimular o jovem a participar da vida política, realizado em parceria pelo jornal *O Povo*, o Unicef, o Instituto Juventude Contemporânea e a TV Jangadeiro. Ele ressaltou a importância da iniciativa, afirmando que sem política não há nada: nem democracia, nem ordem, nem cidadania.

— Todo movimento que diz que política não deve ser considerada é antidemocrático, contra a cidadania — afirmou o senador.

O projeto busca, disse Alcântara,

levar os estudantes a se interessarem pelos assuntos que os cercam e a se expressarem a respeito. Levando o jovem a participar, os responsáveis pelo projeto dão a ele possibilidade de realizar mudanças, acredita o senador.

Alcântara explicou que o projeto primeiro estimulou o alistamento eleitoral de jovens entre 16 e 18 anos. Na segunda fase, deve ser traçado o perfil do adolescente, especialmente do Ceará. Em



Alcântara elogia projeto cearense de incentivo à participação dos jovens

seguida, será realizada pesquisa de opinião junto a essa camada da população.

O projeto realizará ainda um festival de arte participativa. Os jovens produzirão poesia e jornais, trocarão experiências e discutirão temas como sexualidade, gravidez e primeiro emprego. Por último, serão discutidos temas da política e haverá uma eleição simulada, cujo resultado não será divulgado para não influenciar o voto efetivo.

AGU permite viabilização de políticas do governo, diz Jucá

A estrutura e a organização da Advocacia Geral da União (AGU), criada em 1993, foram elogiadas pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR). Para ele, o desempenho da instituição durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso permitiu que a União viabilizasse as políticas de governo em várias áreas, "inclusive reprimindo a indústria de megaindicações em prejuízo da União". Ao adotar a prática de editar súmulas administrativas, a AGU também tornou possível unificar os procedimentos dos órgãos governamentais, assinalou o senador.

Por esses resultados, Jucá cumprimentou os advogados-gerais Geraldo Quintão, agora ministro da Defesa, e Gilmar Mendes, cujo nome foi recentemente aprovado pelo Senado para assumir o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal. Indicado pelo presidente da República como novo advogado-geral, José Bonifácio Lafayette de Andrada manterá a excelência da instituição, acredita o senador.

A AGU, assinalou Jucá, é o órgão que representa a União judicial e extrajudicialmente, além de exercer funções de consultoria e assessoramento ao Po-

der Executivo. Cabe ao advogado-geral representar a administração federal junto ao STF, defendendo a União nas ações diretas de constitucionalidade, acrescentou. Os vários órgãos da AGU respondem por essas atribuições: a Procuradoria Geral da União representa a União em cerca de 1 milhão de processos, enquanto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional atua nas áreas fiscal e tributária, com 4 milhões de processos atualmente.

Outro órgão da AGU no âmbito contencioso é a Coordenadoria de Ações de Recomposição do Patrimônio da União, "com a missão de colaborar nas ações de recuperação do patrimônio e na cobrança de créditos, especialmente daqueles decorrentes de condenações do Tribunal de Contas da União", destacou o senador.

No quesito modernização, Jucá ressaltou a importância da criação dos juzizados especiais federais, por terem facilitado o acesso à Justiça aos menos favorecidos, "que agora podem mover ações contra a União em processos rápidos, marcados pela oralidade, simplicidade, economia e celeridade".

Valadares: desemprego será herança cruel do atual governo

O alto índice de desemprego no Brasil, que detém o segundo maior número no mundo, com 12 milhões de desempregados, ficando atrás apenas da Índia, com 42 milhões, foi apontado pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) como "a herança cruel" do



Antonio Carlos Valadares não vê saída a curto prazo para o problema

atual governo para seu sucessor. Afirmado que não há saída a curto prazo para a solução do problema, Valadares previu que o próximo presidente "gastará seu mandato tentando consertar os erros imperdoáveis" cometidos pelas autoridades econômicas nos últimos oito anos.

— As perspectivas não são animadoras, porque o governo atual nos tornou reféns dos interesses do sistema financeiro internacional, que nos cobra juros intoleráveis, das metas do FMI e da voracidade dos capitais especulativos — alertou.

Levantamento relativo a abril aponta recorde histórico de desemprego — 20,4% — na região metropolitana de São Paulo, de acordo com o Departamento Intersin-

dical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Em março, a taxa registrada na mesma localidade foi de 19,9%. Em abril do ano passado, havia sido de 17,7%.

Na opinião de Valadares, o percentual, que em números absolutos representa 1,9 milhão de

pessoas, é especialmente grave porque foi levantado na região que destacou como "o mais importante termômetro econômico do país", onde está concentrada grande parte do poderio industrial e comercial nacional.

— O avanço do desemprego está provocando sérios abalos na autoestima do povo brasileiro, nas frágeis estruturas de sustentação do nosso edifício econômico e social e é uma ameaça real entre os pobres e a classe média — enfatizou.

Valadares ressaltou que o desemprego na faixa etária entre 18 e 24 anos é muito elevada, o que, segundo o parlamentar, é um alerta para a dificuldade cada vez maior que o jovem enfrenta para conquistar um lugar no mercado.

Sem acordo, oposições obstruem votação da LDO

PDT, PT e PPS exigem votação de alguns projetos, como os que tratam de planos de carreira de servidores públicos, entre eles os do Judiciário

Três partidos de oposição — PDT, PT e PPS — decidiram obstruir as votações do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2003 na Comissão Mista de Orçamento enquanto as lideranças partidárias e o presidente da Câmara não fecharem um acordo sobre os projetos que os deputados votarão até o final deste semestre. Por lei, os deputados e senadores só podem



João Alberto Souza disse que não vai tirar uma vírgula das mudanças que fez no projeto

entrar em recesso, em julho, após votarem o projeto da LDO.

Entre os projetos que as oposições na Câmara querem que sejam incluídos no acordo de votações deste semestre encontram-se alguns sobre planos de carreira de funcionários públicos, entre eles os do Judiciário e do Ministério Público da União. O presi-

dente da Comissão de Orçamento, deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), convocou reunião para as 11h30 de hoje, quando espera pelo menos iniciar a discussão das emendas de destaques ao parecer sobre a LDO.

O relator do projeto que define as normas para a feitura do Orçamento de 2003, senador João

Alberto Souza (PMDB-MA), informou que aceitou 57 das 332 emendas de destaque apresentadas a seu parecer. "Não mexi na essência do meu relatório e nem aumentei despesas", observou em entrevista à imprensa.

Ele sustentou que não pretende "tirar nem uma vírgula" dos acréscimos que fez à LDO para limitar a liberdade do Executivo nos pedidos de créditos adicionais ao Congresso e nos cortes de emendas dos parlamentares. João Alberto pretende que o Executivo dê explicações detalhadas quando cortar verba de alguma emenda do Congresso e só envie aos parlamentares pedidos de créditos adicionais duas vezes por ano — em maio e outubro. Com isso, o Congresso terá maiores condições de controlar esses pedidos, que hoje são enviados ao longo do ano, sem qualquer critério.

Osmar pede investimento do BNDES na pequena empresa

O senador Osmar Dias (PDT-PR) defendeu ontem a destinação de 50% dos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para investimentos nas pequenas e médias empresas. Ao mesmo tempo, disse que os municípios devem criar o Fundo de Aval, resultante de projeto de sua autoria já aprovado pelo Congresso, para apoiar os trabalhadores rurais e urbanos que pretendessem tomar empréstimo para se transformarem em pequenos empresários.

Osmar Dias chamou a atenção para o "drama social" que o país vive com o desemprego, citando especificamente o caso do seu estado, o Paraná, onde o número de desempregados saltou de 210 mil, em 1995, para 450 mil este ano, ressaltando que as micro, pequenas e médias empresas respondem por cerca de 70% dos empregos no mercado de trabalho.

Os pequenos empreendedores, no entanto, disse o senador, precisam de apoio. Ele citou pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) demonstrando que, de cada dez

pequenos negócios que são abertos, sete fecham. Isso, segundo afirmou, por falta de estudo de mercado, do dimensionamento da capacidade de produção e de orientação às pessoas que conduzem os negócios.

Para Osmar Dias, é necessária a criação de mecanismos que permitam aos pequenos empreendedores receberem assistência técnica permanente, que inclua também o treinamento do quadro de pessoal. Ele defendeu o estabelecimento de convênios entre os governos municipais, estaduais e federal com este objetivo.

BANCO DA TERRA

O senador cobrou uma atuação marcante do Banco da Terra no financiamento da compra de propriedades rurais, o que, segundo ele, evitaria o êxodo do campo e o conseqüente agravamento do desemprego nas áreas urbanas. Na sua avaliação, o Banco da Terra pode criar, por ano, oportunidades para 60 mil famílias no Brasil.

Em aparte, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) apoiou a proposta de criação de condições fa-



Osmar Dias cobrou maior atuação do Banco da Terra no financiamento da compra de propriedades

voráveis para as micro, pequenas e médias empresas no campo e nas cidades. Ele admitiu que o número de empresas que fecha é muito grande, mas observou que, de acordo com pesquisa realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (Sebrae), isso ocorre por não conseguirem atender às exigências da legislação. Muitas delas, observou, diante dessa dificuldade, saem da formalidade mas continuam existindo.

Osmar afirmou que essa revelação leva ao reconhecimento de que o Congresso deixou de fazer a reforma tributária e pediu aos senadores que combatam o desemprego mudando o modelo de desenvolvimento adotado.

FGTS poderá ser usado na aquisição de lote popular

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vota hoje substitutivo do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) a projeto do deputado Geraldo Magela (PT-DF) que faculta ao trabalhador sacar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para compra de lote popular de uso residencial em loteamento urbano, devidamente aprovado pelo poder público. A reunião está marcada para as 9h.

Presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), a CAS analisa também substitutivo da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) a projeto do senador Carlos Wilson (PTB-PE) que obriga ambulatórios e hospitais públicos e privados a prestarem atendimento especializado em geriatria a todos os pacientes com idade superior a 65 anos.

Deverá ser examinado, na mesma reunião, projeto da Câmara que obriga os hospitais públicos e as clínicas conveniadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) a forne-

cerem atendimento preferencial a idosos, gestantes, portadores de deficiência física e crianças de primeira idade, na marcação de consultas e exames complementares. O senador Ademir Andrade (PSB-PA) elaborou substitutivo.

Consta ainda da pauta projeto do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que permite ao empregado faltar ao serviço por até 15 dias no caso de desaparecimento de cônjuge, pais, filhos, irmão ou pessoa que, comprovadamente, viva sob a sua dependência econômica.

Também integram a pauta da CAS projeto que regulamenta a profissão de artista circense, de autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR), projeto que cria e regulamenta a profissão de astrólogo, do senador Artur da Távola (PSDB-RJ), e projeto que cria os conselhos federal e regionais de sociólogos, do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP).

CAS debate acesso a recursos genéticos do país

Propostas feitas por especialista serão apresentadas pelo Brasil na Conferência Rio + 10, a realizar-se na África do Sul, no início do segundo semestre, informou Heloísa Helena, que presidiu a audiência

Durante a audiência pública realizada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para avaliar e debater as iniciativas do Congresso e do governo visando regulamentar o acesso a recursos genéticos no Brasil, a professora Glaci Zancan, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), protestou contra a ausência de representantes da sociedade civil no Conselho de Gestão do Patrimônio Genético.

Ela obteve o apoio do professor Antonio Paes de Carvalho, presidente da Extracta Moléculas Naturais, que defendeu a presença da iniciativa privada brasileira no pro-

cesso da biodiversidade.

Antonio Carvalho criticou a idéia de que o governo deveria ser o dono da biodiversidade no Brasil, cabendo ao Estado o papel regulador das atividades ligadas a essa área. A seu ver, a legislação atual é imperfeita, mas, conforme afirmou, a última edição da medida provisória sobre o patrimônio genético brasileiro "representa uma clara melhoria sobre as versões iniciais".

Por sua vez, Maurício Amazonas, do Ministério do Meio Ambiente, sugeriu a criação de um fundo destinado a beneficiar as comunidades detentoras de conhecimentos

tradicionais da biodiversidade.

O índio Álvaro Tucano, representante da Organização dos Índios do Rio Negro, reconheceu a importância da discussão da matéria pelo Congresso e condenou o projeto do senador Romero Jucá (PSDB-RO) que permite a realização de mineração dentro da reserva indígena.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL), que presidiu os trabalhos, informou que as propostas feitas na audiência serão aproveitadas no documento que o Brasil deverá apresentar na Conferência Rio + 10, a realizar-se em agosto e setembro, na África do Sul.

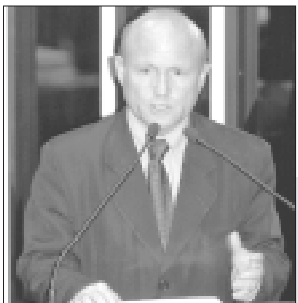


Comissão de Assuntos Econômicos reuniu representantes da Ford, empresários e governo para discutir o fechamento de concessionárias

Márcio Kallme

CCJ discute proibição da clonagem de embriões

A engenharia genética volta à pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Hoje, às 10h, a comissão se reúne para debater, entre outros assuntos, o projeto de lei do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que



Projeto de Sebastião Rocha veda procedimentos sobre duplicação de genoma humano

Roosevelt Pinheiro

regulamenta a experimentação técnico-científica na área de engenharia genética e veda procedimentos que visem à duplicação do genoma humano com a finalidade de clonar embriões de seres humanos. A matéria já conta com parecer favorável do senador Leomar Quintanilha (PFL-TO), que

do então senador Blairo Maggi que veda a instituições públicas a transferência do direito de propriedade de material genético vegetal para entidades privadas. O projeto recebeu substitutivo do relator, senador Osmar Dias (PDT-PR), e também tramita em caráter terminativo. A decisão

elaborou substitutivo ao projeto original. A decisão final caberá à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), salvo se houver requerimento para submetê-la à deliberação do Plenário.

Ainda na área genética, a CCJ examinará projeto

ficará a cargo da Comissão de Educação (CE).

Consta também da pauta da CCJ projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que modifica a Lei Eleitoral para permitir a filiação partidária dos servidores da Justiça Eleitoral. A matéria já recebeu parecer contrário do senador Bello Parga (PFL-MA). Outro projeto a ser analisado pela comissão foi apresentado pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE) e dispõe sobre pesquisas e testes pré-eleitorais. A comissão deliberará sobre proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Álvaro Dias (PDT-PR) que permite a participação de estrangeiro domiciliado no Brasil em eleições municipais.

Lindberg acusa Ford pelo fechamento de empresas

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) denunciou o fechamento de 334 concessionárias da Ford do Brasil em todo o país em decorrência da "política desastrosa" por parte da montadora. Segundo disse, o fechamento das revendedoras provocou 30 mil demissões e a perda de 45 mil empregos indiretos. A maioria das quebras, acrescentou, ocorreu de 31 de dezembro de 1994 a 31 de janeiro de 1995. Lindberg também acusou a Ford de importar ilegalmente 30 mil veículos.

A denúncia do senador foi feita na reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que analisou, por requerimento do próprio Lindberg, o descumprimento de concessionárias Ford. Estavam presentes à discussão o diretor de Assuntos Corporativos da Ford, Rogelio Goldfarb; o vice-presidente da Associação Brasileira dos Ex-Distribuidores Ford do Brasil (Abedif), João Bicudo; o representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) do Ministério da Justiça, Thompson Andrade; e o representante da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Maurício Amorelli.

De acordo com o senador Lindberg Cury e João Bicudo, a Ford quis abandonar o país em 1985, e a fusão com a Volkswagen para criação da Autolatina foi a maneira que encontrou para isso. Eles apresentaram os seguintes números: em 1987, quando formou-se a Autolatina, a Ford tinha 20,9% da produção da nova empresa,

contra 32,3% da Volkswagen. Em 1994, quando a Autolatina foi desfeita e cada empresa reassumiu sua velha identidade, a Ford tinha apenas 8,6% da produção, contra 40,2% da Volkswagen. Emocionado, o senador Lindberg Cury disse que um grande número de donos de revendedoras caiu em depressão profunda, alguns morreram e outros sofreram enfartes do miocárdio devido ao fechamento de suas empresas.

HIPERINFLAÇÃO

O diretor da Ford, Rogelio Goldfarb, afirmou que as falências ocorreram porque os lucros das revendedoras tinham sido resultado de aplicações financeiras no período de hiperinflação. Segundo ele, prova do que afirmava era o fato de que o fechamento das empresas tinham ocorrido exatamente na virada de 1994 para 1995. Ele desmentiu a acusação de que a Ford tenha alguma vez cogitado de sair do país e lamentou os problemas de saúde dos concessionários, mas atribuiu o fechamento das concessionárias à má gestão, descapitalização e desinteresse pelos programas de treinamento que a Ford oferecia para que se adaptassem à nova realidade da economia.

Goldfarb acrescentou que o advento dos carros populares também mudou o perfil do mercado brasileiro — as vendas aumentaram, mas com margem de lucro muito menor, o que exigia gerenciamento apurado de capital de giro mais escasso. Além disso, verificou-se o fim dos lucros exagerados no mercado financeiro, disse.



Roque de Sá

FOGAÇA RESSALTA CONCERTO DO CORAL DO SENADO PELA PAZ

O senador José Fogaça (PPS-RS) participou na noite de ontem do concerto *Um Canto pela Paz*, promovido pelo Coral do Senado no Teatro Nacional de Brasília. O espetáculo foi regido pela maestrina Glicínia Mendes e teve a participação de músicos de Brasília.

Antes da apresentação, Fogaça afirmou em Plenário que considerava o concerto uma tomada de posição do setor cultural do Senado em um momento problemático de recrudescimento da violência no país. O primeiro-secretário, senador Carlos Wilson (PTB-PE), também destacou a importância do evento.

Decisão que garantiu convenção do PMDB causa polêmica em Plenário

Carlos Patrocínio defende fim do voto obrigatório

Os senadores Jefferson Péres e Iris Rezende repercutiram ontem em Plenário a decisão do ministro Nelson Jobim, presidente do TSE, de revogar a liminar concedida pelo ministro Sálvio de Figueiredo em favor do senador Roberto Requião, que pretendia impedir a realização da convenção nacional do PMDB. Jefferson Péres questionou a atitude de Jobim. Talvez por coincidência, disse, "o ministro Jobim

tem votado a favor de várias medidas de interesse do governo Fernando Henrique". Já Iris Rezende afirmou que Nelson Jobim não poderia deixar de receber a Executiva Nacional do PMDB na madrugada de sábado, poucas horas antes do início da convenção partidária. O partido já havia gasto muito dinheiro com passagens e hospedagens dos convencionais, argumentou o senador.

Jefferson questiona medida do presidente do Tribunal Eleitoral

Iris: liminar a favor de Requião também foi concedida à noite

Falando pela liderança do Partido Democrático Trabalhista (PDT), o senador Jefferson Péres (AM) manifestou preocupação com "a nuvem de suspeitas que se avoluma" sobre o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Nelson Jobim, no episódio da convenção do PMDB no último fim de semana.

Jefferson questionou a atitude de Jobim em revogar liminar concedida por outro integrante do TSE, o ministro Sálvio de Figueiredo, ao senador Roberto Requião (PMDB-PR), que pretendia impedir a realização da convenção do partido. Segundo notícias da imprensa citadas pelo senador Jefferson Péres, Jobim teria sido acordado na madrugada de sábado para instruir membros do PMDB sobre a ação devida que contestaria a liminar concedida a Requião.

— Jobim não é um magistrado qualquer, pois é ministro do STF e presidente do TSE em um ano de eleições. Observo também que, talvez por uma série de coincidências, o ministro tem votado a favor de várias medidas de interesse do governo Fernando Henrique Cardoso — disse o senador, que declarou não querer entrar no mérito da decisão ou nos assuntos relacionados com o PMDB.

Em sua opinião, a gravidade está no fato de o presidente do TSE



Jefferson Péres: preocupação com "nuvem de suspeitas que se avoluma" sobre Jobim

haver revogado decisão de outro ministro da mesma corte "sem a devida cautela ou tempo necessário para reflexão". Para o senador, o instrumento, previsto no regimento dos tribunais, que permite um ministro anular decisão de outro é "esdrúxulo" e não deveria existir. Ele considera que apenas um colegiado poderia agir nesse sentido.

— Eu não o estou acusando. É uma questão subjetiva a decisão que o ministro tomou. Eu falo sobre a imparcialidade que um ministro em sua posição deve ter. Um ministro nessa situação deve estar acima de qualquer suspeita, e ele (Jobim) não está nessa situação — disse Jefferson.

Fotos: Roosevelt Pinheiro

Pelo segundo dia consecutivo, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) defendeu o ministro Nelson Jobim, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que em decisão tomada nas primeiras horas de sábado garantiu a realização da convenção nacional do PMDB em Brasília.

Iris Rezende lembrou que o senador Roberto Requião (PMDB-PR) já havia criticado Jobim por ter despachado o pedido da Executiva Nacional do PMDB ainda à noite. Observou, no entanto, que, também durante a noite, o ministro Sálvio Figueiredo, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), concedeu liminar favorável à solicitação de Requião para o cancelamento da convenção do partido. Ele frisou que ninguém, na convenção do PMDB, criticou Roberto Requião por ter procurado o juiz à noite.

— É um recurso que o cidadão tem quando sente seus direitos prejudicados — afirmou Iris.

O senador argumentou que o presidente do Tribunal Superior Eleitoral não poderia deixar de receber a Executiva Nacional do PMDB poucas horas antes do início da convenção partidária. Lembrou ainda que o partido já havia gasto muito dinheiro com passagens e hospedagens dos convencionais.



Para Iris Rezende, Nelson Jobim "impressiona pela sinceridade e competência"

Conforme Iris Rezende, Nelson Jobim "tem total lisura no trato da Justiça e na aplicação das leis". O senador explicou que defendia o presidente do TSE para evitar que piorasse a opinião de milhões de brasileiros sobre a integridade do Poder Judiciário.

— O ministro Nelson Jobim está a impressionar o país pelas suas decisões, sua seriedade, sua competência. Qualquer senador tem o direito de criticar quem quer que seja. É com consciência do dever cumprido que venho a esta Casa dizer que o ministro Nelson Jobim é um exemplo de juiz e merece todo o nosso respeito — afirmou Iris Rezende.

Jobim e general Cardoso falam hoje sobre urna eletrônica

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Nelson Jobim, e o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Alberto Cardoso, falarão hoje ao Congresso sobre segurança e sigilo das urnas eletrônicas. Eles

participarão de audiência pública da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência e da Comissão Especial de Reformas Políticas da Câmara dos Deputados, às 17h, no Plenário nº 1 da Câmara.

Os dois serão questionados sobre a segu-

rança do processo eleitoral e sobre o relatório preparado por especialistas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que avaliaram o sistema informatizado de eleições implantado no país. O debate será aberto ao público.



Segundo Patrocínio, população brasileira apóia o voto facultativo

Por entender que o voto facultativo é uma questão que aflige mais os políticos que os cidadãos, o senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) pediu que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vote proposta de emenda à Constituição (PEC), de sua autoria, que libera os eleitores da obrigação de votar. Segundo disse, pesquisas revelam que a maioria da população brasileira não só apóia o voto facultativo, como também repudia o obrigatório.

O senador mencionou o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio Mello, que recentemente defendeu a extinção do voto obrigatório. Para o senador, poucos eleitores observam a importância do voto, e muitos comparecem às urnas apenas para atender a uma imposição legal.

Patrocínio admitiu que o voto facultativo poderia resultar em elevado índice de abstenção, pon-do em risco a legitimidade dos eleitos. Mas, disse, relatórios do próprio Tribunal Superior Eleitoral (TSE) atestam que o somatório dos votos nulos e em branco e as abstenções chega a atingir 40%.

O senador afirmou ainda que, apesar de a Lei Eleitoral punir com multa quem deixa de votar, sempre se aprova uma lei anistando os faltosos. "Por isso mesmo, em certo sentido, podemos afirmar que o voto no Brasil, já de há muito, é facultativo."

A PEC de Patrocínio elimina um procedimento que ele considera custoso para o processo legislativo e os cofres da União, em razão das despesas envolvidas no processamento das anistias. Ele informou que à sua iniciativa já foram incorporadas outras de senadores e deputados, que resultaram na PEC que já tem parecer favorável do senador Iris Rezende (PMDB-GO).

Comissão fará audiência sobre uso de "pardais"

Conforme requerimento de Francisco Escórcio aprovado ontem, debate na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura terá presença do ex-diretor do Denatran Jorge Franciscione. CI decide hoje sobre comparecimento do ministro Miguel Reale

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem requerimento do senador Francisco Escórcio (PMDB-MA) para a realização de audiência pública destinada a debater o controle eletrônico de velocidade – o chamado pardal –, com a presença do ex-diretor do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) Jorge Guilherme Franciscione. Em outro requerimento, a ser votado hoje pela comissão, Escórcio pede o comparecimento do ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior, para falar também sobre o assunto.

Nos últimos meses, têm-se registrado no Senado pronunciamentos de parlamentares preocupados com a possibilidade de abuso na fiscalização do trânsito efetuada por meio de radares.

Também foi aprovado pela comissão requerimento do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) solicitando a presença do ministro de Minas e Energia, Francisco Luiz Sibut Gomide, para prestar esclarecimentos sobre a atual situação do Programa Energético Nacional, em particular sobre as usinas termelétricas.

AEROPORTOS

A comissão aprovou ainda requerimento do vice-líder do governo Romero Jucá (PSDB-RR) convidando o presidente da Empresa Brasilei-

ra de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), Fernando Perrone, a prestar informações sobre as medidas que estão sendo tomadas visando à ampliação e melhorias nos aeroportos brasileiros, com vistas a incrementar o turismo nacional.

Os integrantes da CI também acolheram o relatório anual de atividades da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) referente ao exercício de 2000, encaminhado ao Senado pelo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. A matéria teve voto favorável do relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), mas recebeu voto em separado da senadora Heloísa Helena (PT-AL).

Na reunião de hoje da CI, marcada para as 17h30, devem ser analisados dois projetos que tratam do horário de verão. Um deles, do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), que recebeu relatório favorável do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) e é terminativo na comissão, retira do horário de verão os estados de Goiás e do Tocantins, e o Distrito Federal. O outro projeto, da Câmara dos Deputados, dispõe sobre o estabelecimento da hora de verão em datas determinadas e em regiões específicas.



Comissão de Serviços de Infra-Estrutura também promoverá audiência sobre modernização dos aeroportos

Gerardo Magela

Jucá alerta contra golpe de distribuidoras

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) alertou ontem, em discurso no Plenário, que as distribuidoras de combustíveis, por meio de liminares da Justiça Federal de primeira instância, já impuseram, apenas neste ano, prejuízos da ordem de R\$ 1 bilhão ao erário. Ele destacou reportagem publicada recentemente sobre essa prática.

Conforme relatou Romero Jucá, o golpe é aplicado da seguinte forma: distribuidoras fantasmas ou "laranjas" conse-

guem liminares para não pagar tributos como PIS (Programa de Integração Social) e a Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social). Com a liminar em mãos, entram no mercado e, quando a liminar é cassada em segunda instância, as empresas são fechadas. Em seguida é aberta uma nova empresa, que repete



Prejuízo ao erário este ano já é de R\$ 1 bilhão, disse Romero Jucá

Roosevelt Pinheiro

o mesmo procedimento, o que resulta em enorme prejuízo para o país.

Para o senador, é preciso que a sociedade, o Congresso Nacional e a imprensa se mobilizem para evitar esse tipo de dano ao erário, especialmente num momento em que o Brasil precisa de recursos.

Mestrinho quer adequar penas do Código de Trânsito ao Código Penal

O estabelecimento de uma justa proporcionalidade entre as penas previstas no Código de Trânsito Brasileiro e no Código Penal é o objetivo de projeto de lei apresentado pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM). Na avaliação do parlamentar, há incoerência nas punições do Código de Trânsito, "o que fere os princípios da igualdade e da proporcionalidade da pena".

Ele argumenta que tais divergências têm gerado injustiças na aplicação da lei. Como exemplo, ele observa que alguém que atropela culposamente um pedestre que atravessa uma rua, provocando-lhe lesões corporais leves, terá uma pena maior do que aquele que venha a atropelar alguém dolosa-



Gilberto Mestrinho vê incoerência nas punições da lei de trânsito

Roosevelt Pinheiro

mente, causando-lhe também lesões corporais leves. "Este último incidirá nas penas previstas no Código Penal, que são menores que as cominadas para a lesão corporal culposa ocorrida no trânsito", acrescenta ele.

Gilberto Mestrinho salienta, na justificativa, que o Código de Trânsito Brasileiro vem sendo criticado pelos estudiosos do Direito pelo fato de muitas de suas normas punitivas terem-se espelhado no Direito Penal "nem sempre de forma adequada e harmoniosa com os princípios que o disciplinam".

A proposta está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

João Alberto propõe prazo para reconciliação

Projeto apresentado pelo senador João Alberto Souza (PMDB-MA) fixa o prazo de três anos para que cônjuges separados judicialmente possam restabelecer a união. Outro projeto do senador autoriza qualquer dos cônjuges a acrescentar ao seu sobrenome o do outro, de forma que o sobrenome da família adotado pelo casal resulte da composição dos sobrenomes de ambos.

As duas proposições alterando dispositivos do novo Código Civil, que entrará em vigor no início de 2003, serão examinadas

pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Na justificativa do primeiro projeto, João Alberto observa que a nova legislação não estabelece prazo razoável para o restabelecimento da união desfeita por separação judicial. Ele observa que a possibilidade de reconciliação precisa de limite de tempo e pode ser concretizada com mera petição encaminhada ao juiz responsável pela sentença de separação.

Quanto à outra proposta, o senador argumenta ser defeituosa a redação que pretende alterar no

novo Código Civil, "pois não cumpre o objetivo da lei, que é instituir sobrenome identificador de um novo grupo familiar". Segundo o senador, o Código permite que os noivos acrescentem aos seus o sobrenome do outro, numa troca simples, "o que não resulta em uma composição de nomes capaz de identificar uma nova família".

Caso seja aprovado, o projeto de João Alberto Souza permitirá aos noivos, se desejarem, reunir e compor a partir de seus sobrenomes o sobrenome da nova família.

Moreira ressalta Dia do Evangélico em Rondônia

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) parabenizou em Plenário os evangélicos rondonienses pelo Dia do Evangélico, comemorado ontem no estado. Rondônia, informou o parlamentar, tem a maior população relativa de evangélicos do Brasil, com 53% do total de habitantes no estado, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A instituição do Dia do Evangélico, informou Moreira Mendes, foi aprovada pela Assembleia Legislativa a partir de proposta dos deputados estaduais Baldoni de Carvalho e Haroldo Santos sancionada pelo governador José Bianco.



Moreira Mendes: evangélicos são maioria da população no estado

Moreira Mendes destacou a importância dos evangélicos para o estado de Rondônia.

— Não podemos imaginar a história de nosso estado sem nos lembrarmos da importância da comunidade evangélica em sua construção — afirmou.

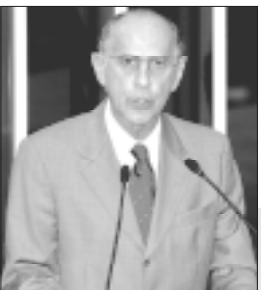
O parlamentar informou que a data é alusiva à instalação, há 91 anos, da Assembléia de Deus no Brasil. A denominação, acrescentou, tem 183 templos apenas em Porto Velho, capital de Rondônia.

Ao finalizar o pronunciamento, o senador disse que a homenagem à população evangélica deveria ser estendida para todo o Brasil, devido à importância dessa comunidade em todo o país.

Mauro destaca desempenho fiscal de municípios goianos

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) elogiou o desempenho dos municípios goianos de Rianópolis, Bonfinópolis, Montividiu do Norte e São Luiz dos Montes Belos no cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. As administrações, disse, tiveram suas contas avaliadas por contabilistas locais, dentro do Programa de Incentivo à Gestão Fiscal Responsável, instituído pelo Conselho Federal de Contabilidade.

O objetivo do programa, explicou, é incentivar as prefeituras a alcançar bom desempenho no



Mauro: prefeituras cumprem a Lei de Responsabilidade Fiscal

cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. Cerca de 1.200 prefeituras em todo o país já se inscreveram no programa e disputam as premiações, “o que deve resultar em benefícios à sociedade na forma de mais responsabilidade no trato do dinheiro público”, afirmou.

Mauro salientou que o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal nas três esferas de governo “é requisito para a condução ética da coisa pública”. O desempenho responsável no âmbito dos gastos e da obtenção de receita “é condição básica para a estabilidade monetária”.

Benício Sampaio cobra mais investimentos no Nordeste

Segundo o senador, é preciso que haja uma política de desenvolvimento para a região, com estímulo a setores produtivos como a agroindústria

O senador Benício Sampaio (PPB-PI) cobrou ontem mais investimentos do governo federal no Nordeste para viabilizar o crescimento e o desenvolvimento da região. “Urge que se crie uma política de desenvolvimento para o Nordeste. A descentralização do parque industrial do país, o estímulo à agroindústria e à pecuária, a qualificação dos prestadores de serviços e a reativação da construção de moradias populares e de classe média se tornam imperativos. São caminhos para a solução e para o desenvolvimento social”, observou.

Os governos estaduais nordestinos, especialmente o do Piauí, não têm condições de resolver o problema da falta de empregos, na opinião do senador. “Nada resta para que se possa investir em ações de desenvolvimento que ve-



Sampaio: governos do Nordeste não têm condições de reduzir o desemprego

tenham criar oportunidades de trabalho e atividade econômica rentável”, afirmou. Nos municípios, inclusive na capital, “o quadro é semelhante ou até mais grave”, alertou.

Benício Sampaio disse ter conversado com diretores de faculdades e reitores de universidades baseadas em Teresina que demonstraram a mesma preocupa-

ção. Eles estão buscando soluções mas não vislumbram perspectivas, informou. Os professores, acrescentou, acreditam que a pesquisa universitária e científica poderia se voltar para o desenvolvimento econômico-social com ênfase no regional, em vez de promover estudos individuais com enfoque meramente acadêmico, de pouca praticidade, como ocorre na maioria das teses.

— Amanhã a Assembleia Legislativa do estado promoverá evento para propor uma política de desenvolvimento sustentável para o Piauí. Desde março, o governo estadual já promoveu 10 seminários, o último há pouco mais de 15 dias, envolvendo vários países sul-americanos e da América Central, além de técnicos do Banco Mundial, com objetivos semelhantes. Não há, no entanto, instrumentos que possam operacionalizar ações concretas — disse.

Heloísa defende obra no semi-árido de Alagoas

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) solicitou ontem ao governo federal a liberação de recursos para a conclusão do estudo de viabilidade do Canal do Sertão de Alagoas. Segundo disse, “a obra é de vital importância” para o semi-árido alagoano, pois beneficiará 902 mil pessoas em 42 municípios do estado.

Heloísa Helena informou que a obra possibilitará o desenvolvimento econômico da região, com a geração de emprego e renda. O empreendimento, afirmou, garantirá ainda a produ-



Canal do Sertão de Alagoas beneficiará 902 mil pessoas e 42 municípios, afirma Heloísa

ção de alimentos e o desenvolvimento de inúmeros projetos de irrigação.

Conforme a senadora, a cons-

trução do canal “faz parte dos discursos oficiais” e de “centenas de sermões de padres e pastores”, mas até hoje nem sequer o estudo de sua viabilidade foi concluído. Ela acrescentou que a bancada alagoana tem atuado de forma unida, colocando a obra como prioridade. Ainda assim, acrescentou, os recursos não foram liberados.

A parlamentar afirmou que, ao longo dos últimos anos, o governo federal “não teve sensibilidade, competência e capacidade política” para realizar a obra.

Santos quer tarifa telefônica menor em área metropolitana

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) comunicou a apresentação de projeto de sua autoria que extingue a tarifa telefônica conurbada. A modalidade de cobrança é aplicada nas conurbações — conjunto de cidades ou municípios localizados em seqüência e que formam as regiões metropolitanas. Ele pretende também, com a proposta, eliminar a tarifa interurbana vigente entre localida-

des de um mesmo município e assegurar, nas regiões metropolitanas, a adoção da tarifa local nas ligações intermunicipais.

De acordo com Ricardo Santos, a atual política de preços praticada pelas concessionárias e permissionárias de serviços telefônicos contraria o princípio da universalização dos serviços de telefonia fixa, pois prejudica os assinantes situados nas áreas conurbadas ou em comunidades

mais afastadas das sedes municipais com tarifas mais altas do que as cobradas dos demais assinantes.

— É pouco compreensível que, dentro de uma mesma área local e no mesmo aglomerado urbano, sejam praticadas tarifas interurbanas. Consideramos esse tratamento desigual para quem vive em um mesmo espaço geográfico — disse o senador, acrescentando que a distorção também

impede que muitos cidadãos possam ter maior acesso aos diversos recursos hoje permitidos pelo serviço de telefonia fixa, como a Internet.

Ricardo Santos disse ter recebido correspondência de várias partes do país com reclamações sobre a cobrança das tarifas conurbadas. Ele salientou que em seu estado grande número de comunidades serão beneficiadas com a aprovação do projeto.



Para Ricardo Santos, atual política de preços prejudica assinante de telefonia fixa

Comissão aprova TV a cabo para Ministério da Defesa

Projeto, que atribui canal próprio para divulgação de atividades do Exército, Marinha e Aeronáutica, deve seguir para Câmara dos Deputados

O Ministério da Defesa poderá dispor de um canal próprio de televisão a cabo, para divulgar aos assinantes desse serviço as atividades do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Projeto de lei com esse objetivo foi aprovado em turno suplementar ontem pela Comissão de Educação (CE) em caráter terminativo e seguirá diretamente para a Câmara dos Deputados se não for apresentado recurso para votação em Plenário.

A proposta já havia sido acolhida na reunião anterior da comissão, mas por tratar-se de substitutivo elaborado pela relatora, senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), o texto foi submetido a nova votação. Marluce modificou o projeto inicial, apresentado pelo senador Luiz Otávio (PPB-PA), estendendo à Marinha e à Aeronáutica a participação no canal de televisão a cabo previsto anteriormente apenas ao Exército.

Durante a discussão da matéria, a senadora Emilia Fernandes (PT-RS) anunciou seu voto favorável ao projeto, embora tenha defendido a tese de que a divulgação das atividades das Forças Armadas deveria ocorrer por meio de transmissões de satélite, para atingir todo o território nacional. Ela observou, porém, que um projeto do Poder Legislativo não poderia alterar a normatização da televisão por satélite.

CAPITAL ESTRANGEIRO

O presidente da CE, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), conce-

deu vista a projeto de lei do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) que abre à participação do capital estrangeiro as empresas operadoras de televisão a cabo. O relator da matéria, senador Gerson Camata (PMDB-ES), apresentou parecer favorável a duas emendas ao projeto, por meio das quais procurou equiparar a proposta ao texto da emenda constitucional que permitiu a participação de capital externo nos meios de comunicação.

De acordo com as emendas, a responsabilidade editorial pelo conteúdo produzido pelas concessionárias de televisão a cabo são privativas de brasileiros e, no caso de aquisição de conteúdo produzido no exterior, a contratação será feita por empresa brasileira. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), autor do pedido de vista, lembrou que a emenda constitucional aprovada previa participação máxima de 30% de

capital estrangeiro.

LOTÉRIAS

Também foi concedida vista a projeto de lei que garante, por meio de recursos de loterias federais, o fortalecimento do sistema nacional de defesa civil. Outro projeto que ainda será discutido pelos integrantes da comissão é o que prevê cassação de concessão de outorga de serviço de radiodifusão para concessionário ou permissionário que tenha tido condenação criminal, com sentença transitada em julgado.

O presidente da comissão decidiu promover a realização de audiência pública sobre projeto de lei da Câmara, em pauta ontem, que prevê a regulamentação do uso de estrangeirismos e a defesa da língua portuguesa. A decisão foi anunciada depois que a senadora Emilia Fernandes recordou ter sido aprovado requerimento nesse sentido, sem que a audiência pública tenha sido realizada.



Célio Azevedo



Roosevelt Pinheiro

Substitutivo de Marluce Pinto estende à Marinha e à Aeronáutica acesso a canal de TV, previsto apenas para o Exército no projeto inicial de Luiz Otávio

Jucá elogia escola técnica do Espírito Santo

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) registrou os 20 anos de criação do Centro de Integração Empresa-Escola do estado do Espírito Santo (CIEE-ES). A instituição, disse o senador, nasceu vinculada à estrutura do CIEE de São Paulo com o objetivo de proporcionar aos jovens capixabas a oportunidade de estagiar em empresas públicas e privadas da região. O CIEE-ES hoje possui autonomia administrativa, jurídica e financeira, acrescentou Jucá.

Segundo o senador, nesses 20

anos de atuação, o CIEE-ES ofereceu estágio a cerca de 200 mil estudantes de ensino médio e superior do estado, sendo que, desse total, 86 mil foram efetivados nas empresas após concluído o período de estágio. Isso, destacou Jucá, demonstra o sucesso da metodologia aplicada pela instituição, de aliar a teoria escolar à prática e ao perfil profissional desejado pelo mercado de trabalho.

Atualmente, informou o senador, o CIEE-ES está ampliando sua atuação em parcerias com agen-

tes produtivos do estado, promovendo projetos sociais para jovens carentes e em situação de risco social. Jucá considera que esse caminho está condizente com a situação do país e do mundo, já que o desemprego juvenil é um problema crescente e está relacionado aos índices de violência, consumo de drogas e prostituição.

— Iniciativas como a do CIEE merecem destaque, pois, além de servirem de exemplo, assumem importância estratégica para o futuro do país — salientou Jucá.



Senadores da Comissão de Educação destacaram a importância econômica e social do chester para município catarinense

Capinzal, em Santa Catarina, declarada capital do chester

A cidade de Capinzal, em Santa Catarina, será declarada "Capital Brasileira do Chester". Em caráter terminativo, a Comissão de Educação (CE) aprovou ontem projeto de lei nesse sentido, que seguirá diretamente para a Câmara se pelo menos um décimo dos senadores não solicitar que o tema seja apreciado também em Plenário.

O projeto foi apresentado pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), que observou ser Capinzal o maior produtor de chester no Brasil. De acordo com o relator da proposta, Adir Gentil (PFL-SC), a importância econômica e social do produto para o município catarinense justifica a homenagem sugerida por Casildo Maldaner.

Durante a discussão da matéria, o senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) elogiou o progresso tecnológico que levou à produção

do chester — resultado de cruzamento de galinha com peru — e disse que o Brasil não deve temer o debate sobre outras discussões científicas, como o uso de sementes transgênicas na agricultura. Por sua vez, Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou o projeto, mas ressaltou a necessidade — no que diz respeito à agricultura transgênica — de proteção da saúde humana.

Também em caráter terminativo foi aprovado pela comissão projeto de lei do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que dá ao aeroporto de Boa Vista, capital de Roraima, o nome de Atlas Brasil Cantanhede, agrônomo e aviador civil que foi pioneiro no transporte aéreo do estado. Recebeu ainda parecer favorável da CE projeto de lei da Câmara que dá o nome de Senador Nilo Coelho ao aeroporto de Petrolina (PE).

Concessões de emissoras são renovadas

A CE aprovou renovação de concessão de canal de televisão para a TV SBT em Nova Friburgo (RJ). Foram autorizadas a operar em ondas médias a Rádio Divinópolis (MG); a Rádio Pantanal Coxim, em Coxim (MS); a Difusora Gomes, em Florianópolis (SC); e a Rádio Iracema, em Fortaleza (CE).

Poderão operar em frequência modulada, aprovadas pela CE, a Fundação José Possidônio Peixoto, em Pacatuba (CE); a Milano FM, em Paranacity (PR); Rádio Itaipó de Rio Claro, em Sonora (MS); a Mercom Brasília Comunicação Ltda., em Santo Antonio da Alegria (SP); a Fundação Waldy Freitas, em Camaçari (BA); a Rádio FM de Iporá, em Piranhas (GO); e o Sistema Costa Dourada de Comunicação, em Maragogi (AL).

A comissão aprovou ainda 11 projetos que autorizam funciona-

mento de emissoras de radiodifusão comunitária: Comunidade Unida de Jacuacanga, em Angra dos Reis (RJ); Associação de Amigos Moradores de Mandaguari (PR); Associação Cultural de São José das Palmeiras (PR); Associação Comunitária, Artística e Cultural Guaraniense de Rádio e TV, em Guarani (MG); Associação de Integração Comunitária Cidade Esperança, em Brasilândia (MS); Associação Comunitária de Comunicação do Gama (DF); Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras (PI); Associação Comunitária de Aurilândia (GO); Associação Beneficente Comunitária Diógenes Almeida Celestino, em São Miguel dos Campos (AL); Associação A Voz do Povo A Voz de Deus, em Arapiraca (AL); e Associação Beneficente Maria Pinto, em Caucaia (CE).

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares, Moreira Mendes e Carlos Patrocínio